

"Lula não fará mudanças só por motivos ideológicos. Ele é muito racional, muito pragmático."

Roberto Setúbal, presidente do banco Itaú, ontem em Washington explicando, em conferência para investidores e empresários, que é uma tradição no Brasil um novo governo substituir o presidente do BC.

O compromisso de Alagoas



MARCELO NERI

No último dia 27, o governador de Alagoas, Ronaldo Lessa, anunciou uma série de compromissos na área social. O objetivo é proporcionar maior racionalidade social ao debate sobre políticas públicas, explicitando restrições orçamentárias e prioridades. O cidadão comum, ao contrário dos mercados, se sensibiliza menos com o ajuste da dívida pública realizado no estado, do que com o resgate da sua parcela na dívida social.

As metas visam comunicar a população e aos gestores de políticas públicas em vários níveis de governo e na sociedade civil, prioridades a serem perseguidas no longo prazo. O sistema está estruturado em três níveis: i) Adoção das Metas de Desenvolvimento do Milênio; ii) Definição de um conjunto complementar de Metas Participativas; iii) Desenvolvimento de mecanismos de crédito social que incentivam e apóiam financeiramente o processo de emancipação de carências sociais.

A Cúpula do Milênio arbitrou indicadores sociais a serem perseguidos em escala global. O Brasil é signatário das metas de educação, saúde, pobreza, desigualdade, meio ambiente e boa gover-

nança, então fixadas. Algumas dessas metas derivam da Cúpula de Copenhague de 1995. Alagoas é a primeira unidade sub-nacional, aí incluindo municípios, a firmar compromissos com as metas globais fixadas. Na prática, o estado de Alagoas está desafiando a sua população a atingir as auspiciosas metas propostas. Exemplificando: meta de reduzir à metade num período de 25 anos a parcela da população com renda per capita inferior a um dólar diário, ajustado pela paridade de poder de compra. A experiência brasileira recente com metas de inflação e de racionamento de energia elétrica é elucidativa da força dos objetivos palpáveis.

Mas por quê adotar as metas do milênio, e não outras?

i) Além dos indicadores propostos serem relevantes e tecnicamente bem fundamentados, eles já são gerados, monitorados e gozam da necessária credibilidade. Em outras palavras, não é preciso reinventar a roda. Alagoas é o estado brasileiro com maior participação relativa de programas do projeto Alvorada (bolsa-escola, alimentação etc) que adota o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU na seleção dos municípios contemplados. Neste sentido a estratégia adotada apenas radicaliza uma opção que tem funcionado no estado como o recente reconhecimento da qualidade de gestão pelos responsáveis federais do Alvorada comprova.

ii) A uniformidade de metas contribui para a convergência de esforços sociais na aldeia global. Alagoas está dando a sua contribuição a uma globalização mais solidária, reforçando o peso da iniciativa social em escala mundial.

iii) O fato do prazo das metas globais exceder o mandato de governantes inibe descontinuidades das ações entre mandatos. Complementarmente, metas externas tendem a estabelecer maior consistência temporal das decisões. As metas têm mais chances de serem percebidas como da sociedade, e não apenas como obra de um governo.

As Metas Participativas derivam de pesquisas de campo sobre anseios da população local. A idéia é ouvir dos principais interessados sobre prioridades e avaliação das ações empreendidas em segurança, educação, transporte etc. É fundamental ainda adotar metas complementares, por questões técnicas e/ou de maior adequação às questões locais. Além do aspecto coordenador e mobilizador das metas sociais, um princípio a ser perseguido é condicionar o aspecto financeiro à performance social observada — seja quando tratamos de indivíduos, seja de níveis de governo. O espírito do bolsa-escola de premiar as famílias pobres cujos filhos frequentam a escola será aplicado na realocação anual do orçamento social de diversos níveis administrativos. O processo de premiar com recursos adicionais as unidades que andassem mais rápido pode ser

aplicado em direção aos níveis mais baixos de governo: da esfera federal aos estados. No presente caso, temos a estrutura de incentivos a ser oferecida aos pelo estado de Alagoas a seus municípios. Da mesma forma que os municípios podem optar por aplicar metodologia similar em suas respectivas regiões administrativas. O Censo do IBGE oferece informação recente, como marco inicial nesses níveis geográficos mais descentralizados. O fato dos microdados do Censo e de outras pesquisas serem de domínio público confere a necessária transparência ao processo, per-

O sistema envolve Metas do Milênio, Metas Participativas e o crédito social que incentiva e financia a emancipação de carências sociais

mitindo instituições, ou mesmo cidadãos, monitorarem os meta-indicadores de maneira independente.

Um dos problemas da adoção de metas incondicionais, especialmente as de curto prazo, se refere a presença de choques. De forma que o resultado obtido pelo protagonista social não depende somente do seu esforço ou competência, mas também, em parte, de fatores fora do controle seu ou da sociedade. Daí a importância de usar um esquema de avaliação relativa entre localidades. A

adoção de um sistema comparável internacionalmente permite situar a evolução de cada localidade dentro da norma mundial. Busca-se através do Crédito Social premiar o sucesso futuro, e não apenas compensar os fracassos passados para inibir tentativa de manutenção da miséria pelas elites dirigentes como forma de garantir mais recursos sociais no futuro. Critérios de acesso a recursos financeiros baseados num nível adverso de indicadores sociais, se feito de maneira recorrente, tendem a produzir este efeito. Talvez a única vantagem comparativa dos miseráveis em relação aos demais é a capacidade de prosperar pois se encontram mais longe dos limites de cada indicador. A emancipação da miséria por sua vez interessará mais ao estado na medida que reduz a necessidade de despesas sociais futuras.

O sistema de incentivos deve ser anunciado a priori e o desempenho relativo aferido a posteriori. Tudo funciona com um sistema em que a dívida financeira contraída em projetos sociais pode ser quitada à base de avanços sociais. A vantagem do aparato creditício social, se bem desenhado, é induzir pessoas ou localidades miseráveis às melhores práticas.

Marcelo Côrtes Neri, Ph.D. em economia por Princeton, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve quinzenalmente às terças-feiras. E-mail: mcneri@fgv.br